

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO SOCIAL PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E (RE)CONHECIMENTO DE SUA IMPORTÂNCIA

Gissele Chapanski¹
Sérgio Augusto Kalil²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apontar, ao lado do valor material dos itens patrimoniais históricos, o valor simbólico que os define. Para tal, num primeiro momento, explicita o que é e como se institui o simbólico por meio de exemplos históricos e conceituais. Em seguida propõe-se que a efetividade de políticas culturais preservativas passa, obrigatoriamente pelo reconhecimento concomitante das esferas materiais e imateriais que integram o valor mesmo dos bens reconhecidos como estruturais, físicos, monumentais. As políticas públicas emergem nesse contexto com o fim de permitir aos cidadãos em larga escala a possibilidade de realmente reconhecer e vivenciar a importância de itens patrimoniais num processo de formação de sua identidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas de preservação, valor patrimonial simbólico, cultura e cidadania

“mesmo que o patrimônio seja certamente valorizado por indivíduos, sua *raison d'être* é, por definição, sustentar a esfera do interesse público e do bem público” Mason (2002)

A epígrafe desta apresentação demonstra de forma inconteste que o conjunto de políticas públicas que, de modo geral, permeia o discurso defensor da preservação do patrimônio histórico - cultural, em suas diversas dimensões, constitucionalmente assegurado, está diretamente vinculado à cidadania, numa tríplice dimensão temporal que resgata o passado, firma o presente e assegura o futuro.

Ao resgatar o passado, por meio do reconhecimento de um bem como destacado de elementos significativos ao ponto de ser preservado, atribui-se importância não só ao bem, mas também ao grupo social que lhe deu materialidade.

Este reconhecimento demonstra, portanto, que hoje se manifesta a preocupação com a composição de um discurso que explicita às gerações atuais a consciência de que elas participam de uma unidade de vida mais ampla que os limites cronológicos instituídos pela existência individual.

¹ Mestre em Historiografia da Linguística e Filosofia da Linguagem pela UFPR, Especialista em Conservação e Restauro do Patrimônio Histórico e Arquitetônico pela PUC-PR. Professora das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. gissele@santacruz.br

² Doutorando e Mestre em Teoria Literária pela UNICAMP. Professor das faculdades OPET de Curitiba. sakalil@uol.com.br

Cientes de que pertencem a uma linha sucessória na história, as pessoas da contemporaneidade passam a preocupar-se com as gerações futuras. O patrimônio cultural realiza, assim, a aproximação, o intercâmbio e o entendimento entre os seres humanos, diacronicamente.

No processo de preservação do patrimônio cultural, observa-se a presença da “teoria dos valores”. Segundo ela, se a um bem é atribuído valor econômico, estético, histórico ou social, este pode ser preservado. Caso não se lhe atribua significativo valor, não há motivo para preservá-lo.

Como todo processo legal de conservação é dado por atos administrativos, os quais precisam ser motivados, verifica-se no ato o valor que foi atribuído ao bem para qualificá-lo como passível de proteção.

A compreensão deste procedimento permite que se reflita não só sobre o patrimônio em si, mas também sobre o conjunto de valores que são postos em relevo em determinado momento histórico que permitem a identificação de um bem e dos valores neles representados.

A identificação do patrimônio não é, portanto, só um momento de seleção e consequente proteção de um bem, mas um processo amplo e sofisticado que move o interesse público.

Se o fim da proteção é, como afirma MASON (2002), o interesse público, deve-se, no mínimo, conceder instrumentos para que o público possa entender as razões da preservação e a partir daí fruir estética, histórica e politicamente do bem tutelado.

A atividade de conservação do patrimônio ao mesmo tempo que modela a sociedade é por ela modelada desencadeando o processo constata de formação das gerações futuras.

Desse modo, só é possível efetivar a preservação de elementos culturais, materiais ou não, se observadas políticas que, transmitam com suas formas e manifestações, os valores a elas associados.

Aqui, a consideração do caso dos bens patrimoniais materiais e categoricamente admitidos como “monumentos” pode lançar luz à questão.

Monumentos, valores lembrados e valores efetivos

Monumento reconhecido como tal, acima de qualquer suspeita, o Arco de Constantino, em Roma, foi, de fato, construído pelo Imperador que lhe lega o nome, em 315

d. C. A posteridade deveria rememorar-lo, ao seu poder, e a grandeza de seus feitos. Seu rosto imperial figura entre os esculpidos no arco, com destaque. A única coisa a se observar é que o rosto que, antes, figurava ali, no mesmo grupo escultórico, era o do Imperador Adriano (JOKILEHTO, 1999: 5). O arco foi construído a partir de fragmentos, remodelados e realocados, de outros monumentos, de outros imperadores que, um dia detiveram o mesmo objetivo de manter viva a memória de seu esplendor. Não que o desejo de preservar monumentos antigos fosse completamente desconhecido da antiguidade ocidental até então. Alexandre o Grande, em missão à Pérsia, teria descoberto que a tumba de Ciro, grande rei, nobre e notável inimigo dos gregos, havia sido depredada. Logo em seguida, o Imperador mobilizara forças para localizar os responsáveis e puni-los. Mais tarde, no século IV d. C, Juliano, o Apóstata, escreve defendendo a proteção dos antigos templos, e o Imperador Valentiniano demonstra preocupações em restaurar edifícios em Roma e “devolver-lhes a dignidade” (JOKILEHTO, idem). Ora mais voltados à preservação objetiva da memória de um indivíduo, encarnada nas pedras de um monumento, ora preocupados mais objetivamente com o monumento em si, com a recordação de um tempo por ele evocada, esses homens da antiguidade já permitiam flagrar em seus atos a relação ambígua entre os tipos de memória vinculados aos monumentos em nossa cultura.

Formada pelo mesmo radical latino que está em monumento, *memento*, é a forma imperativa³ do verbo *memini* (lembrar) assimilada em várias línguas, como o inglês⁴ com o sentido de lembrança, ou, mais especificamente, objeto que provoca lembrança, seria a primeira vista, perfeitamente possível assimilar monumentos e mementos. Possível, sim, mas não sem algum considerável ônus ao valor urbano e talvez mesmo estético frutivo dos primeiros.

Memento é uma ordem: lembra-te! “Obriga-te a lembrar”, muitas vezes daquilo que, por desimportante, ou mesmo por terrível, insiste em escapar-lhe do pensamento. Tanto é assim, que uma das frases que imortaliza a expressão é exatamente “*Memento mori*”. Ou seja: “Lembra-te de que morrerás”, numa livre tradução. A máxima permeia nossa cultura desde a antiguidade latina: está na arte árcaica e barroca, em inscrições tumulares, em saudações monacais cristãs⁵.

³ Na verdade, a segunda pessoa do singular do imperativo futuro ativo. Algo que em tradução equivaleria ao português “Lembra-te!”

⁴ Em que encontra como sinônimos *keepsake* e *reminder*, palavras que detêm o sentido de meros alertas para a memória, como laços no dedo e adesivos em um espelho.

⁵ *Memento mori* seria uma típica saudação trapista.

Por mais certa que seja a finitude humana, não é, exata ou geralmente, prazeroso manter em mente a ideia do fim. A não ser que, como no caso dos usuários da sentença, essa lembrança venha para advertir os homens sobre a necessidade de aproveitar a vida no presente, como aconteceu nos círculos latinos antigos e em momentos da história posterior que resolveram apossar-se desse valor. Outro uso clássico da expressão está nas práticas religiosas cristãs. Aí lembrar o fiel de que ele um dia morrerá, é pertinente, sobretudo para que esse em vida mantenha a vigília da fé e a distância do pecado que o alçarão a uma vida *post mortem* livre de maiores desgostos. *Mentem monere*, provocar a lembrança. Eis o mais permanente desejo. Nesse sentido, os primeiros monumentos, nome que dessa expressão latina deriva, eram não meros lembretes. Não estavam lá pra fazer algo lembrado. Mas eram um tributo àquilo que habitava os conhecimentos, e a mente, das pessoas que o cercavam.

Sem dúvida, essa acepção atravessa os séculos e é possível mesmo notar resquícios dessa interpretação na compreensão atual da palavra “monumento”, em uso não só em português, como em demais línguas.

Presente, porém bastante esmaecida pela mudança das mentalidades e perspectivas através do tempo, a ideia de monumento, hoje, adere mais facilmente ao seu equivalente germânico: *Denkmal*⁶. Algo que provoca a reminiscência, como o faria uma fita enlaçada a um indicador.

Monumento pode, portanto, evocar a ideia de algo que mora no terreno da lembrança, algo não vivenciado automaticamente, mas com algum esforço. Na esteira dessa visão, vem a concepção do monumento como algo desconectado da realidade, dos interesses práticos, como culturais, imediatos de uma sociedade, distante da vida de seus integrantes, da vida em si. O que nasce como meio de manter-se vivo, transforma-se numa expressão do passado, muitas vezes deslocada, algo incômoda, embora digna de um temor respeitável, como um fantasma.

Uma ideia que parece ressoar nas palavras de CACCIARI:

“Monumento indica qualquer coisa que não possui valor em si, monumento não é ‘em si e por si’, monumento recorda qualquer coisa, conseqüentemente, implica um reenvio, um retorno, uma prorrogação. Tais edifícios, tais estruturas não valem ‘em si’, mas valem enquanto monumento, isto é advertem-nos de outra coisa, que não elas mesmas, fazem recordar outras coisas, que não elas mesmas”. (CACCIARI, 2000, p 11)

⁶ Em alemão, *Denkmal* divide a acepção de “monumento”, “lembrança” e de “lembrete”.

O teórico, porém, prossegue destacando que aquilo que não é o objeto, mas o representa, pertence à esfera dos símbolos. O monumento alcança, assim, um valor simbólico no ambiente cultural a que se integra. Assim como uma palavra (que, em linhas gerais, pode, do mesmo modo, ser compreendida como uma forma, sonora, gráfica, que representa outra, objetual, ideológica, fenomenológica), o monumento, isolado, apartado pode pouco em termos de significação.

É a reflexão a que nos remete CACCIARI (2000), afirmando que, como as palavras precisam acercar-se de outras, numa relação sintática, para exprimir, comunicar, transmitir ao máximo, assim acontece com os monumentos. Sem uma relação com demais monumentos, com demais lembranças, conceitos, enfim, elementos de sua cadeia cultural, materiais ou não, ele pode pouco como agente ou forma vivenciável de conhecimento e fruição.

Daí se tem que ao compreender monumentos como *mementos*, se está tomando a presença da obra como uma imposição. Como adverte CACCIARI (2000), o esvaziamento do monumento torna-se então evidente: Não se recorda mais o que ele é por meio da vivência do espaço, concomitantemente. Em vez disso, assume-se uma presença forçada, oca.

Vale ressaltar que nada pode haver de mais trágico no destino de um bem construído. O monumento deve ser admitido como algo que fica na memória por seu valor *per se*. O mesmo teórico adverte que é apenas possível *conservar* aquilo que se tem em devoção, na mente, como valor em si. E, para tanto, remete à etimologia de *conservar*, o verbo latino *servare* ‘cuidar, zelar por, servir’.

Concorrem, inclusive, para esse aspecto as teorias da conservação que defendem a necessidade do uso do patrimônio para sua efetiva preservação. Uma perspectiva ressaltada já na *Carta de Veneza*.

Daí se tem que as teorias da conservação e do restauro que se proponham atuais e efetivas devem, pois, considerar o valor emotivo, vivencial do objeto a ser preservado para as comunidades local e universal. A admissão desse valor imaterial dos itens patrimoniais é um ganho, nesse caso. Do mesmo modo, o estímulo à preservação desse valor imaterial dos elementos materiais⁷.

Mais do que meramente sugerir qualquer sorte de alargamento de critérios para definir os entes patrimoniais de um a sociedade, embasando medidas técnicas de alta responsabilidade, por exemplo, em coisas tão abstratas como sentimentos, tal concepção está

⁷ É o que pretendem os teóricos que defendem renovações terminológicas que, em vez da palavra *monumento*, chancelem o termo *patrimônio* como o mais adequado a ser empregado nos documentos e discussões sobre preservação e conservação e restauro. Esse segundo implicaria a noção de algo sobre o que se exerce uma relação de pertença e que, portanto, deve se ter em conta, proteger.

vinculada a uma corrente de pensamento atual, que visa compreender o patrimônio construído, ao menos em parte, como patrimônio cultural. Sem dúvida, acima de tudo na contemporaneidade, é necessário compreender cultura como algo dotado de uma dimensão supra material, estabelecida nas relações entre fatos, discursos, modelos de pensamentos objetos, natureza da criação humana. Isso nada mais é do que admitir que em cada monumento tangível, construído, há também e -arrisco dizer- sobretudo uma série de valores intangíveis a considerar. Nada novo, é fato, diante das novas concepções de Patrimônio imaterial, natural, defesas já, inclusive em documentos internacionais com a chancela de órgãos do porte da UNESCO.⁸

O fato de o mundo ter voltado os olhos ao entendimento, e mesmo à mera percepção, da multiplicidade e da diversidade culturais, talvez tenha alavancado essa nova perspectiva, já nos princípios da década de 90 do século passado. É possível, ainda, observar aí um trabalho de retroalimentação cíclica também. Esforçar-se por abarcar valores.

Segundo LUXEN (2000), essas questões

“[...] emergiram enquanto, contemporaneamente, a cooperação internacional envolvia conjuntamente todas as regiões do mundo. Devemos encontrar os conceitos comuns com a África, a Austrália, a Ásia e o extremo Oriente. Na África, por exemplo, não existe uma tradição relativa ao patrimônio monumental: é essencial operar sobre a estreita relação entre cultura e natureza, entre tangível e intangível” (LUXEN, 1999, p. 31).

Impossível negar que quando mais abstrato e geral um elemento, mais difícil seja sua administração. Não é simples criar legislações protetivas das peculiaridades de cada cultura, sem dúvidas. Mas é necessário, e de modo crítico, claro e preciso. É inegável que a valorização dos contextos culturais distintos no julgamento de valores imateriais, como a autenticidade, pode levar ao exagero de interpretações literais ou generalizações extremas. Não se trata de autorizar, porém, de apostar na diversidade como modalizador de critérios para favorecer um amplo *laissez faire*. Trata-se de ampliar os horizontes na compreensão do que é, o que pode ser e representar um patrimônio da cultura, em suas instâncias monumental, física, e mental para determinada sociedade. Essas são instâncias que incontestavelmente existem em concomitância. Eventualmente mesmo se retroalimentam e constroem-se mutuamente. Negar uma delas é falsear, ao menos parcialmente, a definição de patrimônio cultural hoje.

⁸ A exemplo, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

As dimensões diversas do monumento, se não percebidas como complementares, ao menos como fatores distintivos já foram apontadas na história. Alois Riegl cunhou uma distinção, ainda bastante empregada⁹, entre monumentos e monumentos históricos. Os primeiros seriam aqueles intencionalmente construídos para rememorar feitos, grandes nomes, efemérides. Os segundos, aqueles que sem pretensões nesse sentido, são construídos e passam a fazer parte da história humana, do seu local, ao menos, de modo relevante, agregando-a a si valores essencialmente culturais.

Beatriz KÜHL, refletindo sobre o conceito de monumento declara:

“A relação com os monumentos históricos é pautada no respeito pela matéria como transformada pelo tempo. Essa postura tem relações diretas com um tipo de visão sobre o transcorrer do tempo, uma visão linear, de origem judaico-cristã, em contraposição a uma noção de circularidade de tempo. As culturas que depois se ‘apropriam’ da noção de monumento histórico, são culturas que, em relação ao tempo, têm visão de linearidade: o tempo que não pode ser revivido e revertido e, por isso, esse respeito pela matéria que carrega consigo o transladar da história”. (KÜHL, 2010)

No mesmo artigo, Kühl alega que a *Carta de Veneza* não seria eurocêntrica uma vez que 1) tal visão de tempo não seria exclusiva dos ocidentais e 2) seria um documento voltado a abordar monumentos históricos, no sentido riegliano.

No entanto, acreditamos que posições como a de Kühl mereçam hoje uma revisão. Não para comprovar que a *Carta de Veneza* seria, de fato, eurocêntrica, mas para validar a incorporação de conceitos independentes do ambiente pragmático e paradigmático da nossa cultura no que diz respeito às disciplinas de conservação e do restauro.

Essa mesma autora afirma, por exemplo, que:

“Em 1994, no Congresso de Nara sobre a autenticidade, o que muito se discutiu - e nem sempre com clareza - foram essas diferentes aproximações do problema. De fato, algumas manifestações culturais pautadas pela noção circularidade do tempo não são contempladas pelos postulados da Carta de Veneza.

"Foi feito um grande esforço para, devidamente, **reconhecer como bens culturais esses artefatos que ‘monumentos históricos’ não são** [grifo nosso] para poder incluí-los na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO” [...]. (KÜHL, idem).

Para validar a inadequação dos monumentos orientais que passaram por reconstruções ao longo de sua existência (os artefatos a que KÜHL se refere) ao conceito de monumento histórico, a autora evoca a categorização proposta por CHOAY (1995). Essa autora, ao analisar o caso dos templos xintoístas, que, há mais de dez séculos, vêm sendo ritualisticamente reconstituídos no Japão, mantém a alegação de que não se trata de um

⁹ CF. KÜHL (2010), CHOAY (1995), a exemplo.

monumento histórico, mas de um “**monumento bem vivo**” [grifo nosso]. (CHOAY, 1995, apud KÜHL). A simples oposição entre histórico e vivo é embora comum entre nós, algo do que primeiramente nos afasta de nossos monumentos. Entendemos, sem dúvida, o passado como algo apartado do presente, mas isso não justifica a mumificação do que é histórico. Do mesmo modo, chega a ser culturalmente problemático entender *histórico* como oposto a *vivo*.

Contudo, Choay, apesar de investir em tal separação entre monumentos históricos e vivos, trata a questão dos templos xintoístas¹⁰ com precisão ao dizer:

O que Riegl denominava valor de integridade do monumento [...] é, no caso, indispensável para que seu poder sobre a memória possa operar e permitir a realização dos ritos que recorda. Mais do que a conservação de um mesmo suporte material, é, pois, a das condições simbólicas que importa. (apud KÜHL, 2010)

Fica claro aí que, para uma espécie de visão ocidental ortodoxa, manifesta nas palavras de Choay e Kühl, acima, o atavismo antiquíssimo da simbologia, que cruzou o tempo ou se repetiu indefinidamente nele, não consegue ser histórico o suficiente por não ser palpável, talvez. Ora, não há como negar que numa concepção de tempo circular, o fato de elementos materiais, cruzarem eras não os faz adquirir, por isso, especial relevo. Sociedades orientais com essa concepção temporal veem, sobretudo nos itens trabalhados pelo homem, mais importância, por assim dizer, histórica, no fato de o elemento poder renascer e ser retrabalhado sazonalmente, por indivíduos que, ao dedicarem-se a tal tarefa e deterem o conhecimento para realizá-la, vinculam-se a uma tradição, perfazem o seu ciclo - e o do objeto- na história. Todavia, também é inegável que a visão de história como uma produção humana, ativa, que se entende na confluência de memórias, ações e projeções está mais afinada com os paradigmas pós-positivistas dessa disciplina.

A nosso ver, se compreendida a História de um modo mais contemporâneo e abrangente, que considera as ações e os pensamentos dos homens em sua relação com o mundo, não há como distinguir monumento histórico de monumento bem vivo.

Pode-se, por exemplo, notar que a concepção de que um monumento histórico é o que atravessa o tempo e, por isso, tem uma relação com a matéria é arraigada a uma concepção ocidentalizada e – sobretudo –, popular, embora antiga de História. O positivismo cristalizou

¹⁰ Cabe notar que, como ressalta BLANCO (2000), questão da substituição de partes está longe de ser restrita ao leste do mundo. A Allambra de Granada, para citarmos um exemplo europeu apenas, também não consegue sobreviver ao tempo, devido a sua estrutura, sem uma contínua reposição de materiais. Ressalte-se também que BLANCO (idem) ainda declara : “Neste caso, a autenticidade se mantém através da identidade formal e o espírito da história resta presente em seus valores determinantes, com os seus significados” (BLANCO, 2000:57). Para o homem contemporâneo, o restauro dos materiais, seria, em inúmeros casos, uma necessidade que permite a fruição original do patrimônio.

uma visão sob a qual é histórico apenas o que envelheceu o suficiente. Nada resta às ações e juízos dos homens contemporâneos, senão envelhecer, para entrar, só então, na história. Subjaz essa concepção um passado totalmente desarticulado do presente, e um entendimento da memória como um mensageiro estanque vindo de outro ponto da rígida linha do tempo- e não um ativo cultural.

Acaso os reconstrutores periódicos dos templos de madeira no Japão estariam desconectados do curso da história? Seria esse curso algo não logrável pela atualidade, para os homens do hoje? Estaríamos nós, aqui do alto do presente, desarticulados daquilo que chamamos- exatamente porque não nos contempla legitimamente, não nos envolve- de História? Não, especificamente porque ao reconstituir um templo, num ritual atávico de purificação, esses homens estão exatamente entrando em contato com uma missão ancestralmente definida para eles, retomando o seu turno, naquilo que seus ancestrais fizeram por infundáveis tempos. Pode-se ver aí uma conexão, em alguns sentidos, ainda mais efetiva com a historicidade. É fato que ela não é matérica, mas possui um grau de vivência e compromisso cultura, um grau de ligação com o passado, numa perspectiva, sim, circular, que nenhum monumento histórico concebido dentro de uma visão de tempo linear pode alcançar.

É nesse sentido que são reducionistas as interpretações que afirmam que a posição oriental, por exemplo, ante a reconstrução de itens patrimoniais opera sobre uma valorização da forma sobre o material – numa aproximação com as injustificadas reconstituições e extirpações “em prol da manutenção da fidelidade ao estilo” sofridas por itens patrimoniais diversos, no ocidente. Forma *versus* matéria, talvez a antípoda aqui não seja simplesmente essa. Do mesmo modo, a dialética talvez não se estabeleça, no desafio da compreensão do conceito “oriental” de autenticidade meramente no confronto das concepções de tempo linear e cíclico. O cerne do questionamento pode residir exatamente na concepção de *História* e *histórico* que se adota.

Como apontamos acima, há, inquestionavelmente, em nosso meio cultural, em nossas cidades, em qualquer parte do mundo, aqueles monumentos que nos coagem a lembrar: *Memento!* Eles não nos falam à mente, não nos evocam especialmente a alguma prática, e nós não nos comprometemos animicamente com eles. Mas há uma vasta série de monumentos, cuja materialidade talvez de fato possa ser relativizada de contexto a contexto, aos quais a mente atenta. São monumentos que vivenciamos, nós ocidentais, ao rememorá-los como ícone do nosso conhecimento, por exemplo, e os xintoístas ao reconstitui seus templos como manda a ancestral prática.

Vivemos um tempo de admissão do patrimônio imaterial. O percurso é longo para defini-lo, mas estamos avançando. Nesse sentido, cremos ser possível expandir a gama de critérios desse patrimônio para abrir uma nova perspectiva sobre o patrimônio tangível. A memória, o *genius loci*, o apego a uma tradição imemorial corporificado por um edifício são dados imateriais podem compor a nossa compreensão mais atual e aberta de monumento, ou item patrimonial¹¹.

Não se trata, absolutamente de afrouxar ou abandonar critérios, grande e justificado temor dos teóricos quando da abordagem de valores imateriais. Cartas patrimoniais, como a de Veneza, é possível dizer, podem, incitar o *laissez faire*, ou simplesmente cancelar a arbitrariedade, aparentemente. Isso, porém, só ocorre se não observada a natureza do documento. Uma carta dessa monta é aberta porque principiológica. E um princípio não é algo diretamente aplicável. Deve ser traduzido, antes. Sem dúvida hoje em dia, sobretudo, com os avanços científicos, é mais fácil atestar a legitimidade de um item material que de outro qualquer. Mas é igualmente possível legislar sobre a imaterialidade da cultura empregando parâmetros culturais. Ou seja: parâmetros que envolvem a relação cognitiva, emocional¹², sensível, além de intelectual dos grupos humanos com os itens por eles produzidos.

Mas como reconhecer estes monumentos sem conhecimento? Como preservá-los? Como transmitir seus valores simbólicos a gerações futuras?

A UNESCO, pensando no efetivo sistema de proteção do patrimônio concluiu que preservar um bem transcende a instituição de um ato administrativo que estabeleça medidas protetivas. Faz-se necessário a composição de uma multiplicidade de políticas públicas que permita aos integrantes de uma determinada comunidade política perceber a existência do patrimônio como elemento constitutivo da sociedade na qual o indivíduo se insere.

Para tanto, cabe a tais políticas, compreender o monumental, o patrimonial em suas dimensões físicas, mas, sobretudo, simbólicas. E o cidadão tem de ter acesso a ambas dimensões, para que não se limitem as tentativas de preservação a atos meramente administrativos, descolados da vivência cultural imediata das populações.

¹¹ Obviamente não se trata aqui de investirmos em novas definições e tipologias de monumentos. Como nos lembra André de NAYER (2000), concepções de *monumento* proliferaram-se a partir os anos 60 do último século, devido a vários fatores, notadamente devido às diferenças flagradas entre seu entendimento em diferentes contextos culturais, e do alargamento da concepção. Entre *vivos*, *mortos*, *históricos* e *não históricos*, além de tantos outros, já são numerosos o suficiente os itens dessa tipologia monumental.

¹² JOKILETHO (2000), chega mesmo a afirmar que “o conhecimento, a compreensão, o amor pelo patrimônio deve ser a base para qualquer ação criativa no futuro”.

A efetiva proteção do patrimônio não decorre somente do ato administrativo que o protege ao registrá-lo em algum órgão público. Se assim o fosse, não haveria a constante preocupação de proteger bem já tutelados com a proteção estatal.

Nesse sentido, a *Conferência Geral da Unesco para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972 determinou a necessidade de criação de programas educativos para todos os Estados signatários.

O artigo 27 da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural é explícito ao expor essa tese:

ARTIGO 27

1. Os Estados-partes da presente Convenção esforçar-se-ão por todos os meios apropriados, especialmente por intermédio dos programas de educação e de informação, em intensificar o respeito e o apreço de seu povo pelo patrimônio cultural e natural definido nos artigos 1 e 2 da Convenção.
2. Os Estados-partes comprometer-se-ão a informar ao público, de modo amplo, as ameaças que pesam sobre o patrimônio e as atividades empreendidas em aplicação à presente Convenção.

Segundo a UNESCO, somente os programas de educação e de informação podem intensificar o apreço pelo patrimônio cultural e natural.

A proposição da UNESCO é recepcionada pela Constituição Federal de 1988 que, por meio da Emenda Constitucional nº 48/2005, instituiu o parágrafo 3º ao artigo 215. Este cria o Plano Nacional de Cultura justamente visando à defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS:

BLANCO, Javier Rivera. Monumenti e documenti negli aspetti formali e materiali: autenticità e identità e loro corrosione nel tempo. In: CRISTINELLI, Giuseppe; FORAMITTI, Vittorio (orgs.) *Il restauro fra identità e autenticità: atti della tavola rotonda “ I principi fondativi del restauro architettonico”*. Venezia: Marsilio Editori, 2000

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê editorial, 2008.

CACCIARI, Massimo. Relazioni de aperture. In: CRISTINELLI, Giuseppe; FORAMITTI, Vittorio (orgs.) *Il restauro fra identità e autenticità: atti della tavola rotonda “ I principi fondativi del restauro architettonico”*. Venezia: Marsilio Editori, 2000.

CHOAY, Françoise. Sept propositions sur le concept d'authenticité et son usage dans le pratiques du patrimoine historique. In: LARSEN, K. E. (org.). *Nara conference on Authenticity*; proceedings. Nara: UNESCO, ICCROM, ICOMOS, 1994.

CRISTINELLI, Giuseppe; FORAMITTI, Vittorio (orgs.) *Il restauro fra identità e autenticità: atti della tavola rotonda "I principi fondativi del restauro architettonico"*. Venezia: Marsilio Editori, 2000.

DE NAYER, André. Il concetto di monumento. In: CRISTINELLI, Giuseppe; FORAMITTI, Vittorio (Orgs.) *Il restauro fra identità e autenticità: atti della tavola rotonda " I principi fondativi del restauro architettonico"*. Venezia: Marsilio Editori, 2000

ICOMOS AUSTRÁLIA. *The Burra Charter*, 1999. Disponível em: <<http://www.icomos.org/australia/burra.html>>. Acesso em 15 de julho de 2012.

_____. *The Venice Charter*. Disponível em :http://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf.. Acesso em 25 de maio de 2012.

JOKILETHO, Jukka. *A History Of Architectural Conservation*. Nova Iorque: Routledge, 1999.

KÜHL, Beatriz. *Notas sobre a carta de Veneza*. São Paulo. Anais do Museu Paulista, Vol. 18, 2010. pp 287-320.

_____. Autenticità revisitata. Il restauro fra identità e autenticità e In: In: CRISTINELLI, Giuseppe; FORAMITTI, Vittorio (orgs.) *Il restauro fra identità e autenticità: atti della tavola rotonda " I principi fondativi del restauro architettonico"*. Venezia: Marsilio Editori, 2000.

_____. Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context. *City & Times*, Vol. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.ct.cecibr.org/novo/revista/viewarticle.php?id=44&layout=html>>. Acesso em: 7 de junho de 2012.

LIRA, Flaviana Barreto. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

LUXEN, Jean-louis. Dal monument al patrimonio: quale il significato? In: CRISTINELLI, Giuseppe; FORAMITTI, Vittorio (Orgs.) *Il restauro fra identità e autenticità: atti della tavola rotonda " I principi fondativi del restauro architettonico"*. Venezia: Marsilio Editori, 2000.

MASON, Randall. "Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices". In: DE LA TORRE, MARTA, ed., *Assessing the Values of Cultural: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

PETZET, Michael. Genius loci: the spirit of monuments and sites. In: STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds). *Conserving the authenticity: essays in honor of Jukka Jokilehto*. Roma: International Centre for the Study of Preservation and Restoration of Cultural Property, 2009.

RHYNE, Charles S. *The First International Document for Diverse Cultural Values in Conservation: "The Document of Nara"* Reed College. Disponível em: <http://academic.reed.edu/art/faculty/rhyme/papers/first.html>. Acesso em 17 de agosto de 2012.

TOMASZEWSKI, Andrzej. L'autenticità: Il problema ed i criteri. In: In: CRISTINELLI, Giuseppe; FORAMITTI, Vittorio (orgs.) *Il restauro fra identità e autenticità: atti della tavola rotonda "I principi fondativi del restauro architettonico"*. Venezia: Marsilio Editori, 2000.

UNESCO. *Algunas reflexiones sobre autenticidad*. Paris: World Heritage Centre, 2003.
_____. *Declaração de Yamato*. Disponível em unesdoc.unesco.org/images/0013/.../137634e.pdf. Acesso em 29 de agosto de 2012.

_____. *Convenção do Patrimônio Mundial*. Paris: World Heritage Center, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

_____. *The Nara Document on authenticity*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-833-3.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2012.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría contemporánea de la restauración*. 1. ed. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.